

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

MOTTA MATTOS ADVOGADOS



1. APRESENTAÇÃO E ESCOPO

A presente Política de Privacidade reflete o compromisso institucional do **Motta Mattos Advogados**, sociedade de advogados inscrita no CNPJ sob o nº 66.147.225/0001-83, com sede em Brasília/DF, com a ética, a transparência e a conformidade no tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas aplicáveis à atividade da advocacia e ao setor jurídico-regulatório.

Este instrumento visa disciplinar, de forma clara e acessível, os princípios, fundamentos e práticas adotadas pelo escritório no que tange à coleta, à utilização, à guarda, à eliminação e ao compartilhamento de dados pessoais no exercício das suas atividades profissionais, administrativas e institucionais, tanto no ambiente físico quanto digital.

A presente Política aplica-se a todas as pessoas naturais cujos dados pessoais sejam tratados pelo escritório, incluindo, mas não se limitando a, clientes, representantes legais, partes adversas, fornecedores, parceiros institucionais, candidatos a vagas, membros da equipe e visitantes do site institucional.

O tratamento de dados pessoais realizado pelo **Motta Mattos Advogados** observará rigorosamente os princípios da finalidade legítima, necessidade, adequação, segurança, prevenção, responsabilização e boa-fé, tendo como norte a proteção da dignidade da pessoa humana, da intimidade e dos direitos fundamentais dos titulares.

A presente Política de Privacidade tem como objetivo demonstrar o compromisso do **Motta Mattos Advogados**, inscrito no CNPJ sob o nº 66.147.225/0001-83, com a privacidade e a proteção dos dados pessoais que trata no exercício de suas atividades jurídicas, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).



2. QUEM SOMOS

O **Motta Mattos Advogados** é uma sociedade de advogados com sede em Brasília/DF, cuja atuação jurídica se destaca pela excelência técnica, pela fidelidade à ética profissional e pelo compromisso com a efetividade do direito.

Com forte presença no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e junto às principais agências reguladoras federais, o escritório dedica-se, ainda, à assessoria estratégica em contratos empresariais, operações de fusões e aquisições (M&A) e à condução de temas complexos no contencioso cível e regulatório.

No desempenho de suas atividades, o **Motta Mattos Advogados** integra tecnologia, especialização jurídica e rigor procedimental, o que inclui o uso de plataformas seguras de gestão de dados e documentos, sempre em conformidade com as normas de proteção de dados, sigilo profissional e segurança da informação.

3. QUAIS DADOS PESSOAIS COLETAMOS E POR QUE OS TRATAMOS

O **Motta Mattos Advogados** realiza o tratamento de dados pessoais estritamente necessários à condução de suas atividades jurídicas, administrativas e institucionais, sempre com observância do princípio da minimização e em consonância com as bases legais previstas na LGPD.

Os dados pessoais tratados pelo escritório podem referir-se a clientes, representantes legais, partes contrárias, testemunhas, colaboradores, fornecedores, parceiros institucionais e usuários do site institucional, sendo coletados, em regra, para as seguintes finalidades legítimas:

- Prestação de serviços jurídicos em âmbito consultivo, contencioso ou arbitral;
- Execução de contratos firmados com clientes, fornecedores ou parceiros;
- Cumprimento de obrigações legais e regulatórias aplicáveis à advocacia e às relações contratuais;
- Defesa de direitos e interesses, próprios ou de terceiros, em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
- Atividades internas de gestão, segurança da informação, comunicação institucional e relacionamento com o titular.

Os dados coletados podem incluir, conforme o caso: nome completo, CPF/CNPJ, estado civil, endereço, número de telefone, endereço eletrônico, dados bancários, dados profissionais, documentos oficiais, informações contratuais, registros processuais, entre outros elementos estritamente relacionados à finalidade específica do tratamento.



Nos casos em que o tratamento envolver dados sensíveis, como informações sobre origem racial, convicções religiosas, filiação político-partidária, dados de saúde ou dados relativos à vida sexual, este será realizado com base em hipóteses legais expressas e mediante salvaguardas adicionais de confidencialidade e segurança.

4. BASE LEGAL PARA O TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais realizado pelo **Motta Mattos Advogados** está sempre fundamentado em pelo menos uma das bases legais previstas no artigo 7º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), observando os princípios da legalidade, da finalidade e da transparência.

A depender do contexto da relação jurídica e da natureza da atividade desempenhada, as principais hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados pelo escritório incluem:

Cumprimento de obrigação legal ou regulatória: quando o tratamento for necessário para atender exigências normativas, como obrigações tributárias, contábeis ou decorrentes da legislação da advocacia;

Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados: nos casos em que os dados são necessários à formalização, gestão e cumprimento de obrigações contratuais firmadas com clientes, fornecedores ou parceiros;

Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral: hipótese aplicável especialmente à atuação processual do escritório em nome próprio ou de seus clientes;

Legítimo interesse: nas situações em que houver interesse legítimo do escritório ou de terceiro, respeitados os direitos e liberdades fundamentais do titular, especialmente em atividades como comunicação institucional, segurança da informação e prevenção a fraudes;

Consentimento do titular: nos casos em que a coleta e o tratamento de dados dependem de manifestação livre, informada e inequívoca do titular, sobretudo em situações que não se enquadrem em outra base legal.

Eventualmente, e de forma excepcional, o escritório poderá tratar dados sensíveis ou realizar tratamentos automatizados, sempre com base nas hipóteses específicas dos artigos 11 e seguintes da LGPD, mediante salvaguardas adequadas e respeito à autodeterminação informativa do titular.



5. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

No exercício de suas atividades, o **Motta Mattos Advogados** poderá realizar o compartilhamento controlado de dados pessoais com terceiros, sempre que necessário para o cumprimento de obrigações contratuais, legais ou regulatórias, ou ainda para viabilizar a adequada prestação de seus serviços jurídicos.

O compartilhamento ocorrerá com estrita observância das bases legais aplicáveis, dos princípios da necessidade e da finalidade, e mediante adoção de salvaguardas contratuais, organizacionais e tecnológicas que assegurem a confidencialidade, a integridade e a segurança dos dados.

As principais hipóteses de compartilhamento incluem:

- Autoridades judiciais, administrativas ou arbitrais: para fins de representação jurídica, cumprimento de decisões, instrução processual, apresentação de documentos, manifestações ou diligências legais;
- Parceiros e prestadores de serviços especializados, tais como plataformas de gestão processual, armazenamento em nuvem, suporte de tecnologia da informação e escritórios correspondentes. Entre os serviços utilizados, incluem-se, a título exemplificativo, Legal One e Dropbox, cujos fornecedores adotam padrões internacionalmente reconhecidos de segurança da informação;
- Empresas contratantes ou tomadoras dos serviços jurídicos, nos casos de assessoria empresarial, negociações contratuais ou atuação em nome de grupos econômicos, sempre mediante formalização contratual que delimite as finalidades e responsabilidades quanto ao tratamento dos dados compartilhados.

O **Motta Mattos Advogados** assegura que todos os terceiros com os quais compartilha dados pessoais estão contratualmente obrigados a respeitar os níveis adequados de proteção, sigilo e confidencialidade, sendo auditados ou monitorados conforme critérios de governança interna e boas práticas de compliance.

O escritório não comercializa, divulga ou compartilha dados pessoais com finalidade lucrativa e não realiza repasse indiscriminado de informações a terceiros fora das hipóteses legalmente admitidas.



6. SEGURANÇA DOS DADOS

O **Motta Mattos Advogados** adota um conjunto abrangente de medidas técnicas, administrativas e organizacionais de segurança da informação, com o objetivo de proteger os dados pessoais sob sua guarda contra acessos não autorizados, perda, vazamento, destruição, modificação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Essas medidas são implementadas com base em avaliações periódicas de risco, boas práticas do setor jurídico e diretrizes consagradas em normas técnicas, como a ISO/IEC 27001 e demais referências reconhecidas de gestão da segurança da informação.

Dentre os mecanismos de proteção adotados, destacam-se:

- Controle de acesso baseado em credenciais e perfis de autorização;
- Ambientes tecnológicos protegidos por criptografia, autenticação em dois fatores e firewalls;
- Políticas internas de uso de dispositivos, segurança de rede e mesa limpa;
- Monitoramento contínuo de integridade e disponibilidade dos dados;
- Auditorias regulares e registros de atividades em sistemas sensíveis;
- Treinamento e capacitação contínua da equipe quanto ao uso seguro de informações e prevenção de incidentes.

O escritório realiza ainda a retenção controlada e a eliminação segura de dados, conforme critérios técnicos e jurídicos previamente definidos em sua matriz de retenção, e mantém mecanismos para resposta a incidentes de segurança, com plano de contenção, mitigação de danos e comunicação ao titular e à ANPD, quando aplicável.

O compromisso com a segurança da informação é indissociável da cultura institucional do **Motta Mattos Advogados**, que compreende a confidencialidade como um valor central na advocacia e a proteção de dados pessoais como expressão do respeito à dignidade humana e à confiança do titular.



7. DIREITOS DOS TITULARES

Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), os titulares de dados pessoais tratados pelo **Motta Mattos Advogados** possuem uma série de direitos relacionados à transparência, ao controle e à autodeterminação informativa sobre suas próprias informações.

O escritório assegura aos titulares, de forma gratuita, o exercício dos seguintes direitos, observados os prazos e os limites legais:

- **Confirmação da existência de tratamento:** direito de saber se o **Motta Mattos Advogados** realiza ou não o tratamento de dados pessoais do titular;
- **Acesso aos dados:** direito de obter, de forma clara e acessível, as informações relativas ao tratamento, incluindo dados coletados, finalidades, forma de tratamento e eventuais compartilhamentos realizados;
- **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados:** direito de requerer a atualização ou a retificação de informações que não estejam corretas ou completas;
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD:** mediante análise técnica e jurídica da solicitação, com base na finalidade e necessidade do tratamento;
- **Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto:** mediante requisição expressa do titular, observados os segredos comercial e industrial e os padrões técnicos regulamentares;
- **Revogação do consentimento:** quando esta for a base legal do tratamento, com garantia da eliminação dos dados eventualmente tratados com fundamento exclusivo nessa autorização;
- **Informação sobre as entidades públicas ou privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;**
- **Oposição ao tratamento:** nos casos em que este for realizado com fundamento em interesse legítimo e houver violação aos direitos e liberdades do titular;
- **Revisão de decisões automatizadas:** caso aplicável, que afetem os interesses do titular de forma significativa.



As solicitações poderão ser encaminhadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Data Protection Officer – DPO) por meio do endereço eletrônico: *dpo@mmtt.adv.br*

As requisições serão analisadas com a devida cautela jurídica, e as respostas serão fornecidas no prazo legal, com base em critérios de segurança, legitimidade e proporcionalidade.

8. USO DE COOKIES E TECNOLOGIAS DE NAVEGAÇÃO

O site institucional do **Motta Mattos Advogados** poderá utilizar cookies e outras tecnologias similares de rastreamento digital com o objetivo de assegurar o adequado funcionamento da plataforma, aprimorar a experiência do usuário e viabilizar análises técnicas sobre o uso do ambiente virtual.

Cookies são arquivos de pequeno porte armazenados no dispositivo do usuário ao acessar websites, que permitem o reconhecimento do navegador, a personalização de preferências e a coleta de informações técnicas de navegação.

De forma geral, os cookies utilizados podem ser classificados nas seguintes categorias:

- **Cookies estritamente necessários:** essenciais para o funcionamento do site e para permitir a navegação e o uso de suas funcionalidades básicas. Estes não dependem de consentimento prévio;
- **Cookies de desempenho ou analíticos:** coletam informações sobre a forma como os visitantes utilizam o site, como páginas mais acessadas, tempo médio de navegação, erros de carregamento, entre outros. Seu uso depende do consentimento expresso do usuário;
- **Cookies de terceiros ou de publicidade:** são definidos por domínios externos ao **Motta Mattos Advogados** e podem ser utilizados para fins estatísticos, de marketing ou remarketing. Também dependem de consentimento prévio.

O usuário poderá, a qualquer tempo, gerenciar as permissões de cookies diretamente nas configurações de seu navegador ou por meio de ferramenta de gerenciamento disponibilizada no próprio site, se aplicável.

O **Motta Mattos Advogados** compromete-se a solicitar o consentimento livre, informado e inequívoco sempre que forem utilizados cookies não essenciais, em estrita conformidade com os princípios da LGPD e com as diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



9. RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO DOS DADOS

Os dados pessoais tratados pelo **Motta Mattos Advogados** serão armazenados apenas pelo tempo estritamente necessário ao cumprimento das finalidades específicas que justificaram sua coleta, observando-se os prazos legais, regulatórios e contratuais aplicáveis, bem como os prazos de prescrição e decadência previstos na legislação civil, consumerista, trabalhista, tributária e demais normas pertinentes.

A definição do tempo de retenção observa critérios técnicos e jurídicos previamente estabelecidos em matriz interna de retenção, considerando:

- A natureza da relação jurídica estabelecida com o titular (ex: contratual, processual, institucional);
- A categoria dos dados tratados (ex: dados sensíveis, financeiros, identificadores diretos);
- A existência de obrigações legais ou ordens judiciais que exijam a manutenção das informações;
- A necessidade de guarda para fins de defesa de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais;
- A viabilidade de anonimização ou descarte seguro após o encerramento da finalidade.

Encerrada a finalidade do tratamento e inexistindo outra base legal que justifique a manutenção dos dados, estes serão:

- Eliminados de forma segura, com registros da exclusão;
- Anonimizados, quando possível e adequado ao interesse legítimo das partes;
- Ou arquivados com restrição de acesso, nos casos em que a guarda seja exigida por lei ou norma profissional.

O **Motta Mattos Advogados** adota medidas administrativas e tecnológicas para garantir que a retenção e o descarte de dados pessoais sejam realizados com segurança, rastreabilidade e responsabilidade, em conformidade com os princípios da necessidade, transparência e responsabilização.



10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

No exercício de suas atividades, o **Motta Mattos Advogados** poderá realizar a transferência internacional de dados pessoais, especialmente nos casos em que utilize plataformas ou serviços de tecnologia da informação que operem com servidores localizados fora do território brasileiro.

A título exemplificativo, o escritório utiliza soluções seguras de armazenamento em nuvem, como Dropbox e Legal One, cujos ambientes podem envolver infraestrutura tecnológica internacional, incluindo data centers em países com legislações distintas da brasileira.

Nessas hipóteses, o **Motta Mattos Advogados** assegura que a transferência internacional será realizada em conformidade com o disposto nos artigos 33 a 36 da LGPD, mediante:

- Transferência para países que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD, nos termos de lista publicada pela ANPD;
- Garantias contratuais firmadas com operadores e fornecedores, por meio de cláusulas-padrão, acordos internacionais ou normas corporativas globais (binding corporate rules), que assegurem a observância dos princípios, direitos e regime de proteção brasileiro;
- Consentimento específico e destacado do titular, quando exigido;
- Ou ainda, com fundamento em autorização da ANPD, nas hipóteses excepcionais legalmente previstas.

O escritório realiza avaliações periódicas de segurança e conformidade contratual de seus fornecedores e parceiros internacionais, com vistas a mitigar riscos e garantir que o fluxo transfronteiriço de dados ocorra em ambiente de proteção compatível com os padrões éticos e normativos adotados pelo **Motta Mattos Advogados**.



11. CONTATO

DPO: Regiane Coelho

E-mail: dpo@mmtt.adv.br

12. ALTERAÇÃO NESTA POLÍTICA

Esta política poderá ser atualizada a qualquer tempo. Recomendamos sua leitura periódica para se manter informado.

13. AVISO LEGAL CONTIDO NO SITE

O conteúdo deste site é fornecido apenas para fins informativos e institucionais. Não constitui aconselhamento jurídico e não substitui consulta com advogado. O uso deste site não cria qualquer vínculo contratual ou relação advogado-cliente.

Direitos autorais

Todo o conteúdo, incluindo textos, imagens, marcas e logotipos, é de propriedade do **Motta Mattos Advogados** e está protegido pelas leis de direitos autorais. Sua reprodução sem autorização prévia é proibida.

Política de Privacidade

Ao navegar neste site, você concorda com os termos da nossa Política de Privacidade.